



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 103/2012

34ª SESSÃO ORDINÁRIA

SESSÃO DE 09.02.2012

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/870/2006

AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2006.01463-1

AUTUANTE: FCO AMADEUS C BENEVIDES

RECORRENTE: SETEMAQ COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA

RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA

EMENTA: ICMS. OMISSÃO DE ENTRADAS. AUTUAÇÃO NULA, em razão do impedimento do Orientador da Célula para determinar o reinício da ação fiscal. Amparo legal. Art. 32 da Lei nº 12.732/97 e IN 06/2005. Recurso voluntário conhecido e provido. Reformada, por maioria de votos, a decisão condenatória de 1ª Instância, para, em grau de preliminar, declarar a nulidade do processo, nos termos do voto do relator e de acordo com a Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

A peça inicial descreve que o contribuinte omitiu entradas de mercadorias, no montante de R\$ 735.789,51, no exercício de 2003, conforme Sistema de Levantamento de Estoques.

Dispositivo infringido: Art. 139 do Decreto 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, "a" da Lei 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/2003.

Crédito Tributário: MULTA R\$ 220.736,85

Nas informações complementares de fls. 03/04, o agente fiscal detalhou os procedimentos adotados na apuração do crédito tributário.

Instruem os autos: Ordem de Serviço 2005.26699 (fls. 05), Termo de Início de Fiscalização nº 2005.21786 (fls.06), Ordem de Serviço nº 2006.03283 (fls. 07), Termo de Início de Fiscalização nº 2006.02727 (fls. 08), Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2006.04295 (fls. 09).

A infração está embasada na documentação apensa às fls. 10 a 95 dos autos.

Impugnação tempestiva, conforme fls. 104 dos autos.

O processo foi Procedente em 1ª Instância, conforme decisão de fls. 119 a 121 dos autos.

O contribuinte inconformado com a decisão proferida pela 1ª Instância ingressou com recurso voluntário que repousa às fls. 125 a 135, acompanhada dos documentos apensados fls. 138 a 4332 dos autos.

Por meio do Parecer nº. 189/07 (fls. 4336 a 438), a Consultoria Tributária opinou no sentido de confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância. A douta PGE adotou referido parecer, conforme despacho lançado às fls. 4339 dos autos.

Concluso a julgamento em 04 de junho de 2007, os autos do processo foram sobrestados. Na 118ª (Centésima décima oitava) sessão ordinária realizada em 19 de junho de 2007, os autos do processo retornaram à pauta de julgamento, tendo sido encaminhado à CEPED, conforme despacho de fls. 4340, no sentido de refazer o Totalizador do Levantamento de Mercadorias.

A CEPED, por meio do despacho que repousa às fls. 4343, devolveu os presentes autos à Câmara de Julgamento tendo em vista as reiteradas decisões anulando o lançamento quando o reinício da ação fiscal for determinado por Orientador de Célula, portanto, contrário ao teor do § 2º do Art. 1º da IN 06/2005.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

A peça inicial descreve que o contribuinte omitiu entradas de mercadorias, no montante de R\$ 735.789,51, no exercício de 2003, conforme Sistema de Levantamento de Estoques.

Analisando-se as formalidades que regem o lançamento, especialmente, os atos designatórios, verifica-se que constam dos autos duas ordens de serviços, a saber:

1) ORDEM DE SERVIÇO Nº 2005.26699

DESIGNANDO O AUDITOR FISCAL FRANCISCO AMADEU CAVALCANTE BENEVIDES PARA EXECUTAR AUDITORIA JUNTO AO CONTRIBUINTE SETEMAQ COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA, EXPEDIDA PELA ORIENTADORA DA CÉLULA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2005.

2) ORDEM DE SERVIÇO Nº 2006.03283

DESIGNANDO O AUDITOR FISCAL FRANCISCO AMADEU CAVALCANTE BENEVIDES PARA EXECUTAR AUDITORIA JUNTO AO CONTRIBUINTE SETEMAQ COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA, EXPEDIDA PELA ORIENTADORA DA CÉLULA, EM 25 DE JANEIRO DE 2006..

A competência para designar a ação fiscal está disposta no Art. 821, § 5º do Decreto 24.569/97, in

verbis:

Art. 821. Omissis

§ 5º Consideram-se autoridades competentes para designarem servidor fazendário para promover ação fiscal

I - O Secretário da Fazenda, um dos Coordenadores da Coordenadoria de Administração Tributária - CATRI, os Coordenadores da Coordenadoria Regional de Fortaleza - COREF e Coordenadoria Regional do Interior - COREI, e o Orientador da Célula de Execução e Administração Tributária - CEXAT e o Supervisor de Auditoria Fiscal.

A Instrução Normativa 06/2005, por sua vez, disciplinou os procedimentos relativamente à ação fiscal, dispondo, inclusive, sobre o caso de reinício da ação fiscal, a saber:

Art. 1º O agente do Fisco terá os prazos a seguir indicados para a realização da ação fiscal, contados da ciência ao sujeito passivo:

§ 2º Esgotado o prazo previsto no inciso II do art. 1º, sem que o sujeito passivo seja cientificado da conclusão dos trabalhos, a ação fiscal poderá ser reiniciada, mediante solicitação circunstanciada do agente fiscal, aprovada pelo Orientador da Célula de Execução, por designação de um dos coordenadores da Catri, podendo, neste caso, a autoridade designante incluir outro agente ou substituir o originariamente designado.

Segundo a norma acima reproduzida, a competência para determinar o reinício da ação fiscal é exclusiva dos Coordenadores da CATRI, cabendo ao Orientador da Célula de Execução somente analisar e aprovar os motivos apresentados pelo agente fiscal relativamente à impossibilidade de encerramento dos trabalhos de fiscalização no prazo originalmente determinado.

No presente caso, a ação fiscal foi reiniciada por ato do Orientador de Célula. Ressalta-se que referido servidor detém competência para determinar o início da ação fiscal, conforme determina o §5º do art. 821 do Dec. Nº 24.569/97, contudo, não possui competência para determinar o seu reinício, uma vez que tal atribuição foi conferida apenas aos Coordenadores da CATRI pela Instrução Normativa acima referida.

Dessa forma, há que se declarar a nulidade da autuação, por restar caracterizada nos termos do Art. 32 da Lei nº 12.732/97, regulamentada pelo Decreto nº 25.468/99.

Isto posto, **VOTO** pelo conhecimento do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para em grau de preliminar declarar a NULIDADE da autuação nos termos deste voto e em conformidade com parecer do Procurador do Estado, modificado oralmente.

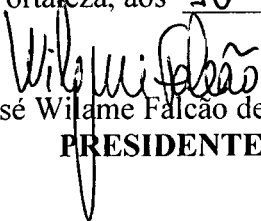
É como voto.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **SETEMAQ COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, e, por maioria de votos, dar-lhe provimento para reformar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, para, em grau de preliminar, declarar a NULIDADE da autuação, em razão da incompetência da autoridade designante da ação fiscal, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Foi voto vencido o Conselheiro Manoel Marcelo Augusto Marques Neto que afastou a preliminar sob o entendimento de que as Ordens de Serviço relativas à ação fiscal foram emitidas e assinadas por autoridades com plena competência legal, nos termos do art. 821 do Decreto nº 24.569/97.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 10 de fevereiro de 2012.


José Wilame Falcão de Souza
PRESIDENTE


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO


Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO RELATOR


Silvana Carvalho Lima Petelinhar
CONSELHEIRA

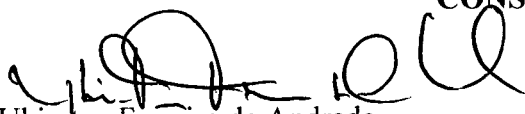

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO


João Carlos Almeida Moreira
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO


Antônio Luiz do Nascimento Neto
CONSELHEIRO


Sebastião Almeida Araújo
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO